

TERRITÓRIO, CONFLITO E RESISTÊNCIA NA ALDEIA GAMELEIRA DOS TAPUYA KARIRI NO CEARÁ¹

FRANCISCA JEANNIE GOMES CARNEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/ UFPE

Resumo

Este trabalho trata-se de uma reflexão sobre território, identidade, conflitos e as ações de resistência desenvolvidas pelos Tapuya Kariri no Ceará como forma de garantia de seus direitos. Localizados no Sítio Carnaúba no Município de São Benedito, Serra da Ibiapaba, norte do Estado do Ceará, os Tapuya Kariri vivenciam um conflito pela posse da terra, que envolve além dos indígenas, dois grupos diferentes: parte de pequenos fazendeiros que se dizem proprietários das terras (chamados de “posseiros”) e outro que se identifica como quilombola que também reivindicam a titulação da terra. Dentro desse cenário de luta pela posse da terra foram desencadeados uma série de conflitos, mas apesar disso, os Tapuya Kariri seguem reivindicando o direito ao território uma vez que a não regularização da terra tem impossibilitado a ocupação do território tradicional como por exemplo, o acesso aos “buracos dos Tapuya”, lugar sagrado e de contato com os antepassados. O local se encontra restrito, cercado e com alguns “buracos” soterrados por estar localizado em terras de posse de um fazendeiro, o que acaba dificultando os indígenas entrar e realizar seus rituais. Apesar de toda essa questão de acesso, ações de resistência têm sido praticadas, como a “derrubada da cerca” ou “corte dos arames” onde depois da última ação em que os espaços de arames foram cortados, barreiras de acesso não foram mais erguidas pelo “proprietário”. Diante de toda essa conflituosa relação entre indígenas e não indígenas pela posse da terra, as retomadas tem sido uma ferramenta de mobilização étnica e também de luta pela terra, resultando em conquistas como na construção de um centro cultural. Nesse sentido, acredito que compartilhar esta experiência que acontece no interior do Ceará, nos ajudará a refletir sobre as diversas estratégias utilizadas pelos povos indígenas, entre elas as retomadas, que têm possibilitado mobilizar e afirmar sua resistência contra a violação de seus direitos.

Palavras-chaves: retomada, mobilização, identidade étnica.

Considerações iniciais

O presente trabalho tem como objetivo discutir as “retomadas” enquanto estratégia de resistência e garantia dos direitos indígenas no Nordeste, em particular no caso dos Tapuya Kariri. Aqui são apresentados os resultados de uma pesquisa iniciada no ano de 2012 para um trabalho monográfico² e que se encontra em andamento.

Nesse sentido, o trabalho é apresentado em três partes: a primeira, trata-se da organização do movimento indígena no Ceará; a segunda parte, é abordado a localização e contextualização dos Tapuya Kariri; e por fim no terceiro momento é feito uma reflexão sobre as estratégias que vem sendo utilizadas pelos Tapuya Kariri na luta pelo território

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² CARNEIRO, F. J. G. 2015. *Escola diferenciada e Identidade Étnica: uma trajetória de lutas, conquistas e resistência dos Tapuya Kariri de São Benedito-Ce.* 93 f. Monografia, Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Janeiro/2015.

que se encontram em posse de pessoas não indígenas. Dentro desse contexto, é lançando o olhar para as ações desenvolvidas desde do ano de 2006, quando começam se organizarem de maneira mais efetiva em torno de sua afirmação étnica.

Breve contextualização da presença indígena no Ceará

A história dos índios no Nordeste do Brasil é marcada por um cenário de “invisibilidade”. Essa construção do “índio³” baseada em uma concepção estereotipada e folclorizada, trouxe grandes consequências para população indígena no Nordeste, que cotidianamente lutam contra a discriminação.

Os índios no Nordeste sofrem constante discriminação por continuarem a ter uma identidade diferenciada, conquanto muitos desses grupos se aproximem, linguisticamente e culturalmente dos regionais. Há um dilema inerente. Há um dilema inerente na concepção do “índio” dos regionais. Por um lado, sempre tentam de escamotear que continuam índios, porque não andam mais nus e de arco e flecha na mão para configurar um selvagem. Por outro lado, permanece a discriminação de que são diferentes e se aplica um termo para diferencia-los (“caboclos”). (REESINK, 2004:04).

O autor fala, portanto, da dupla discriminação sofrida pelos povos indígenas, principalmente na região Nordeste, onde a história desses povos se diferencia bastante dos índios do Xingu. Para Reesink:

A luta dos povos indígenas no Nordeste é contra o preconceito [...] pelo direito de se denominar “índio”. Afinal, com a perda de grande parte da cultura e com determinado grau de miscigenação, o povo “índio” não deixou de existir, mas a ideologia dominante impôs a categoria pejorativa “caboclo” (REESINK, 1983:134).

Gomes (2012:61), destaca que as abordagens antropológicas que se voltaram para análise dos processos no Nordeste, “tiveram que superar perspectivas assimilacionista e de uma etnologia de perdas, sob pena de não darem conta destas novas realidades que envolvem entrelaçadamente, identificação étnica, dinâmicas de memória e organização sócio-política”.

³ Reesink (1983:124) faz referência que “no início da colonização o nome “índio” foi dado aos habitantes que viviam nas terras que depois se tornaram parte do “estado-nação”. O autor destaca ainda o termo “índio” como um denominador comum para todos os povos, sem levar em consideração as diferenças culturais existentes.

De acordo com Barreto Filho (2004), até pouco tempo atrás o Ceará, o Piauí e o Rio Grande do Norte, não “havia índios”, com base no registro de dados da Fundação Nacional do Índio-FUNAI e estudos produzidos por antropólogos e missionários. Para Tavares (2015, p.04), “no Ceará as formas de ocupação do território aliadas à antiguidade dos processos de colonização levaram ao desaparecimento das línguas indígenas e à caracterização destas populações como de “pouca distintividade cultural”.

É por volta da década de 1980 com os Tapeba no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza que surgem as primeiras reivindicações de reconhecimento étnico no estado do Ceará. Segundo Barreto Filho (2004), isso ocorreu devido a atuação da Arquidiocese de Fortaleza. Desde então, os povos do Ceará vêm ressignificando suas identidades étnicas, que por tanto tempo foram silenciadas.

De acordo com os dados do último censo em 2010 (IBGE, 2010), o Ceará mostra um número crescente de população que se autodeclara indígenas. Os dados são bastantes significativas para pensarmos as questões relacionadas a regularização das terras indígenas no Nordeste e em especial no Ceará, onde atualmente existem 14 etnias. Dentre estas, apenas a terra Córrego João Pereira, localizada nos municípios de Acaraú e Itarema, encontra-se devidamente regularizada e reconhecida com pertencente ao povo Tremembé.

De acordo com Tavares (2015), existem outras nove demandas, cujo processo se encontra em estudo pela FUNAI. A autora ressalta ainda que o “número corresponde às demandas com procedimento administrativo instaurado pela FUNAI, mas que os pedidos para reconhecimento de terras indígenas são, certamente, superiores”. Diante disso, uma das maiores lutas dos povos indígenas, é sem dúvida a questão da posse da terra, que é tido pelos indígenas, como um importante meio para terem acesso a direitos e políticas públicas.

Localização e características gerais da área pesquisada

A Serra da Ibiapaba, também conhecida como Chapada da Ibiapaba ou Serra Grande, faz divisa com os estados do Piauí e Ceará. A região apresenta altitude média de 800m permeada de belezas naturais. Segundo Maia (2010), foi nessa região que se desenvolveu um dos maiores pontos de missão da Companhia de Jesus no Brasil fora da área das missões do Paraná-Uruguai, sendo habitada por diversas etnias.

A Serra da Ibiapaba é composta por oito municípios: Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. É entre as cidades de São Benedito e Carnaubal (Fig. 1) que estão localizados os Tapuya Kariri.

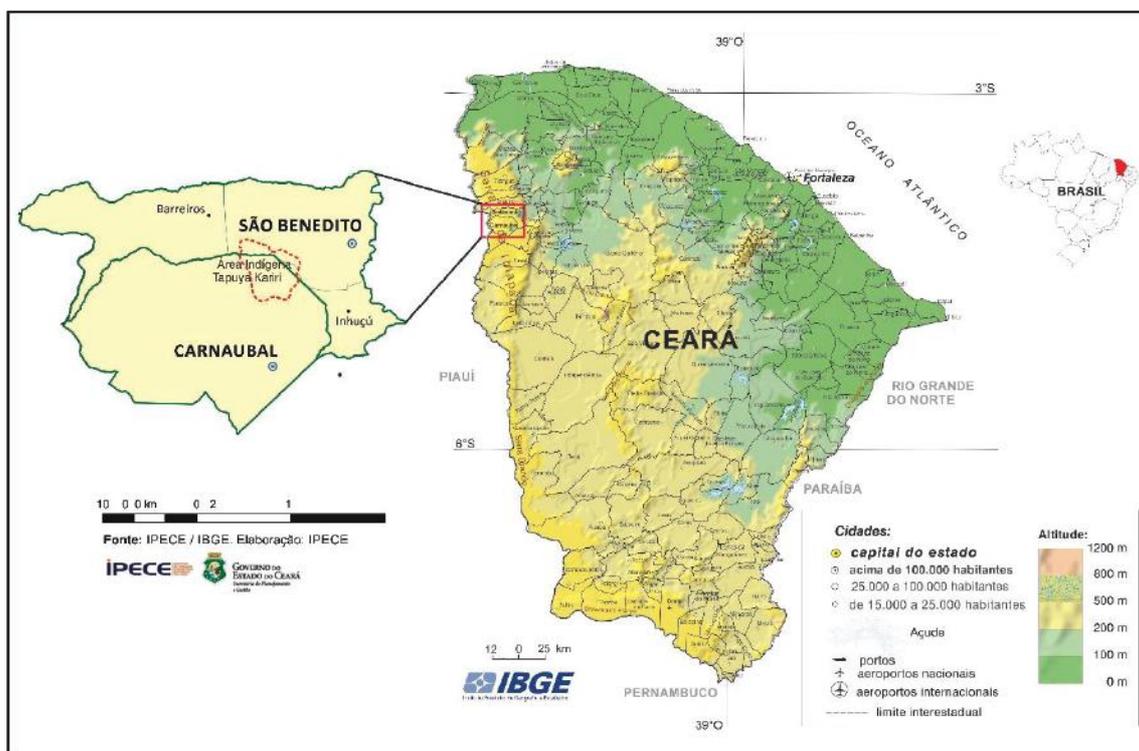


Figura 1- Mapa de localização. Mapa do Ceará com destaque para a localização das cidades de São Benedito, Carnaubal e área indígena Tapuya Kariri, região noroeste do estado. (Modificado de ALMEIDA, 2012; IPECE, 2016)

O território indígena encontra-se situado na divisa entre as cidades de São Benedito e Carnaubal, na zona rural, mais precisamente no Sítio Carnaúba II. Embora a maior parte do território esteja situado em áreas pertencentes a cidade de Carnaubal conforme dados geográficos do IPECE (2016), os Tapuya Kariri se consideram sambeneditences, afinal, a maior parte de suas relações, sejam elas: econômicas, sociais e políticas, são mais fortes com a cidade de São Benedito, talvez porque a acessibilidade à sede seja mais fácil. O acesso para a localidade do Sítio Carnaúba II para quem vai de São Benedito, é feito por meio de “carros de horários⁴”, que se deslocam por uma estrada de terra, fazendo o itinerário diariamente de São Benedito a Carnaúba e localidades vizinhas.

⁴ Transporte particular alternativo (modelo D20), que moradores utilizam para se deslocar até o centro da cidade. O serviço é cobrado um valor de R\$ 4,00.

Embora o sítio Carnaúba II pertença territorialmente ao Município de Carnaubal, grande parte da assistência política e social é mantida pelo Município de São Benedito. Devido a essas questões darei ênfase as relações existentes com a cidade de São Benedito. A cidade fica a 903 metros de altitude da Serra da Ibiapaba, localizada na macrorregião de Sobral/Ibiapaba, na mesorregião do Noroeste Cearense, distante 360 km da capital do Estado (IPECE, 2010). Apresenta área de 338,149 km², população de 44.186 habitantes e clima tropical subquente úmido (IBGE, 2010).

Por seu clima bastante propício, São Benedito é conhecido como a “cidade das flores”, contando assim, com quatro floriculturas. Uma das maiores é a REIJERS que fica localizada no caminho que dá acesso a Carnaúba II e circunvizinhança. O sítio Carnaúba II é povoado tanto por indígenas, quilombolas e pequenos fazendeiros (os posseiros)⁵. Segundo Silva (2013, p.28), no processo de organização e afirmação étnica os Tapuya Kariri “rebatizaram” a localidade de “Aldeia Gameleira”. Conforme dados da DSEI/CE (2015)⁶, a população indígena na aldeia é de 657 habitantes, no entanto a cacique Andrea deixa claro que esse número é maior e não representa a totalidade da população.

É na Aldeia Gameleira, Carnaúba II, onde estão localizados os principais pontos de apoio comunitário: a casa sede onde funciona a associação (lugar onde funcionou a primeira escola indígena e que hoje ainda funciona como anexo), a escola, o campo de futebol, o posto de saúde com equipe médica para os indígenas e o centro cultural. É nela também que moram grande parte dos indígenas, e, portanto, onde são realizados os eventos, outra parte reside em localidades próximas, o que não inviabiliza a participação nas atividades realizadas dentro da aldeia.

Do ponto de vista socioeconômico, os Tapuya Kariri são agricultores, com a produção destinada ao consumo próprio. Como a terra utilizada pelos indígenas segue em posse de fazendeiros, o uso dela é restrito e controlado pelos “posseiros”. Esse controle, investidas e apropriações indevidas contra a terra indígena que vem ocorrendo a anos é marcado pelos cerceamentos através das inúmeras “cercas” que são erguidas, ocasionado a perda de território indígena. Hoje, as cercas chegam a poucos metros das casas indígenas, gerando uma redução do território que é utilizado para as plantações e uso de um modo geral. Dessa forma, o plantio por parte dos indígenas acaba, requerendo uma “renda” ao “proprietário” da terra cercada, que exige autorização para o uso da terra e uma parcela do que foi produzido. Ainda, para sobreviver, os indígenas trabalham por

⁵ Pessoas não indígenas que se apropriaram de forma indevida do território tradicional.

⁶ <http://www1.imip.org.br/imip/assistenciaesauade/sauadeindigena/dseiceara.html>. Acesso em 03/06/2016.

diárias na monocultura principalmente da batata, bem como hortaliças, cana-de-açúcar, entre outros forçando os indígenas a trabalhar para o “proprietário” de maneira forçada.

Sobre isso destaca Valle (2004:299), dos “tempos de patrões”, que segundo ele “gerou uma série de obrigações e impedimento, além de novas regras que surgiram a partir da relação patrão - trabalhador”. Dentro desse contexto, é bastante comum os “mais velhos” relatarem o saudoso tempo em que as “terras eram libertas”, e que as atividades da roça eram realizadas de forma coletiva, “onde logo cedo pela manhã, grupos de homens se juntavam, cada qual com sua enxada e iam trabalhar na mesma área, sem cercas, sem restrições”.

A realidade econômica dos Tapuya Kariri não difere muito do restante da população rural e nordestina. Uma parcela considerável das famílias complementa a renda com os recursos do programa Bolsa Família e de cestas básicas mensais enviadas pela FUNAI. Aliado a isso, estão os empregos oriundas da escola indígena, das políticas públicas de saúde e também pelos benefícios assistenciais (aposentadorias).

“Aqui é terra é de índio que nós somos é índio”

O território tem como marca um conflito territorial e latifundiário, pois residem no local além dos indígenas, um grupo de pequenos proprietários que se dizem “donos” da terra e outro que se identifica enquanto quilombola e que também reivindicam a titulação da terra. Essa disputa pela posse da terra, já ocasionou uma série de conflitos como será visto mais adiante.

O sentimento de pertença está marcado na memória dos Tapuya Kariri, como relata o pajé Sebastião, carinhosamente chamado de Tiçé: *“Eu nasci e me criei aqui, isso aí é tudo nosso, mas nó não mandamos em nada...”*. Ainda sobre esse sentimento de pertencimento, Sr. Oscar ressalta que no passado os “posseiros” chegaram até reconhecer a indianidade do povo Tapuya Karri, no entanto, o interesse pela terra fez com que os posseiros atualmente “neguem essa identidade”. Conforme o Sr. Oscar a frase *“oi lá os índios, tudo no mato”* era dita pelos posseiros *“só porque a gente gostava de mato”*.

Os argumentos do tipo: *“meus pais, avós, bisavós era tudo índio”*, *“nós somos uma família só”*, *“aqui é tudo índio”*, *“a gente vivia no mato”*, *“saia daqui pra culá, era*

⁷ Fala do pajé Sebastião. A partir dela, foi elaborado o resumo: CARNEIRO, F. J. G. ; SILVA, M. V. S. ; GEMES, I. A. D. . *“Aqui é terra de índio, que nós somos é índio”*: Territorialidade e identidade na Aldeia Gameleira de São Benedito, Ceará. In: XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, 2014, SOBRAL. ANAIS - Encontros de Iniciação Científica e de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

todo tempo dentro do mato". Essas expressões, dão sentido a um pertencimento não somente a um grupo comum, mas ao território, cujas vivências e história foram e são compartilhadas. Essas lembranças estão sempre relacionadas à posse e à perda do território (PINHEIRO, 2002:63).

É dentro desse contexto, que os Tapuya Kariri reivindicam a regularização de suas terras de modo que eles possam decidir como fazer seu uso. Segundo os indígenas, a "compra e venda" de terra foi a maneira pela qual ela passou para as mãos dos "posseiros". Os indígenas argumentam que essa compra e venda ocorreu somente entre os "posseiros", e que em momento algum houve participação dos índios. O pajé Tiçé ressalta, que o processo de apropriação das terras por parte dos posseiros ocorreu logo após a morte dos "antigos". Tais ações foram realizadas em ritmo acelerado através da implantação de cercas que foram limitando e reduzindo os espaços indígenas. Um dos grandes "proprietários" já falecido, dividiu a terra entre seus filhos que continuaram a dividi-la ainda mais.

A maior reivindicação é o estudo para identificar e delimitar a terra habitada a fim de que regularizada, possam viver sem medo e sem dependência dos "proprietários". Enquanto aguardam as providências oficiais, os indígenas seguem se organizando e desenvolvendo ações em prol de seu território.

Organização e estratégias de resistência dos Tapuya Kariri

Sobre o processo de etnogênese Tapuya Kariri, dois pontos são relevantes: primeiro a pessoa do Sr. Francisco Gonçalves de Sousa, mais conhecido como Chico Pai Zé e segundo o papel da Igreja no processo de organização e afirmação étnica.

Chico Pai Zé foi quem fomentou no povo o desejo de afirmar a identidade indígena na mobilização pelo seu reconhecimento e pelos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, entre eles o território. Sua luta é bastante antiga e pautada na ancestralidade, bem representados nos diversos artefatos encontrados no território. A persistência do Sr. Chico Pai Zé, ganha maior visibilidade e engajamento no ano de 2006 quando consegue atingir um maior número de pessoas em torno de uma origem comum que se autoreconhecem como indígenas, desde então, estão organizados e em busca do que mais anseiam "*ver as terras libertas*".

O papel da Igreja, cuja representatividade está na instituição católica da Diocese de Tanguá, referenciada nas pessoas de Dom Javier, Maria Luiza, e Irmã Edna ganha importância como agentes externos na organização através do trabalho desenvolvido pela

Pastoral Social. Essa atuação da Diocese de Tianguá, resultou em uma aliança que se estende até os dias atuais. A participação e ajuda nos momentos solicitados, marca uma forte ligação entre os Tapuya e o “*Dom*” que sempre esteve acessível, disponível e solidário. Foi através de sua solidariedade que em muitos momentos ajudou financeiramente os Tapuya Kariri, exemplo disso foi na construção do prédio da Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa.

Nesse processo, uma das primeiras ações pensada para viabilizar uma organização mais unificada e que possibilitasse atender os anseios da comunidade, foi a criação da Associação Indígena Tapuya Kariri que possibilitou o seu reconhecimento enquanto grupo étnico de maneira social e política. Foi através dessa organização criada e registrada em cartório no ano de 2008 que eles conseguiram projetos voltados para a comunidade indígena, entre elas, à escola indígena e o posto de saúde.

De acordo com Fernandes et al. (2011):

“As associações formadas a semelhança das organizações não-indígenas procuram desenvolver projetos que compreendem a afirmação de identidades étnicas das comunidades e respeite os indígenas em representações internas e externas, contribuindo para a construção da autonomia e autodeterminação dos povos indígenas”. (FERNANDES, et al., 2011:394).

Ainda segundo Tofóli (2010), as comunidades se organizam em torno de lideranças que se reúnem mensalmente ou sempre que necessário para encaminharem demandas comuns e necessárias. É através da existência desse movimento que os Tapuya Kariri buscam atender os anseios pertinentes ao seu povo.

Outro ponto que merece destaque, são os “processos de retomadas”, estratégias utilizadas pelos povos indígenas de um modo geral e também pelos Tapuya Kariri para terem de volta seu território tradicional que se encontra em posse de pessoas não indígenas. As retomadas, que têm sido cada vez mais utilizadas para mobilizar e afirmar sua resistência contra a violação de seus direitos. Essa ferramenta de mobilização étnica e apropriação do território tradicional que os indígenas não podem ter acesso, como por exemplo, os “buracos dos Tapuya⁸”. Por ficarem dentro da área que o “posseiro” se diz

⁸ De acordo com os mais velhos, os buracos serviram de abrigo e moradia, referenciada para designar a área da antiga aldeia onde viveram seus ancestrais. São encontrados inúmeros buracos dentro do território. Por estarem dentro do território do posseiro, o acesso é difícil o que impossibilita a limpeza pelos indígenas. Os indígenas relataram que o posseiro, soterrou alguns desses buracos para evitar a ida deles para realizar seus rituais, visitas, aconselhamentos, aconselhamentos.

proprietário, torna o acesso difícil, principalmente no período chuvoso. Outro ponto, são as cercas que limitam a passagem na área de plantio do suposto dono, aliás elas estão por toda parte.

Outro ponto, é que muitos desses “buracos” foram soterrados (Fig. 2), pelos posseiros como forma de inibir a ida dos indígenas aos seus espaços sagrados para realizar seus rituais, como por exemplo o Toré⁹.



Figura 2. Buracos dos Tapuya. A - Vista de cima de um dos “buracos” soterrado; B - Rastro da máquina feito pelo posseiro, para preparar a terra para plantio, a seta mostra o “buraco” identificado na figura A; C e D- Buraco que fica localizado à direita da figura B e que está sendo utilizado para os rituais, as oferendas. Na imagem encontra-se o vice-cacique Neguim e a liderança Sr. Oscar. (Foto: arquivo da pesquisadora, Maio de 2016)

O Toré tornou-se conhecido para os Tapuya Kariri a partir das viagens e participação a eventos e assembleias indígenas. Foi dançando com os parentes (MAGALHÃES, 2009) que os Tapuya Kariri apreenderam a praticar o Toré. O Toré tem sido praticado com regularidade principalmente na escola, como forma de “resgate” e

⁹ “[...] Desta forma, a seriedade deste brinquedo, já se insinua na sua força mobilizadora de sentimentos e noções indenitárias. Todavia, essa tradição é ainda de natureza sagrada, pois se remete não apenas a um sistema cosmológico dividido pelo grupo, como é, em si, um rito, ou, o rito através do qual sua experiência primeira com o sagrado se consolida”. (GRÜNEWARD, 2004:13).

afirmação étnica junto aos alunos. Nesse sentido, Reesink (2000:370) aponta que “em vários casos, um ritual indígena se introduziu no processo de reconhecimento, ou se fortaleceu durante o mesmo”. No caso dos Tapuya Kariri, o Toré apresenta-se como um ritual introduzido no processo de reconhecimento e que vem se fortalecendo através da prática cotidiana na escola. É importante destacar o papel que os encantados têm nas decisões que são tomadas pelos indígenas. Inclusive, tanto o corte dos arames, quanto a retomada da escola, foram instruídos por eles em rituais com as lideranças, realizados nos “buracos”, território sagrado dos Tapuya Kariri.

A construção da Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa (Fig.3), cujo nome é em homenagem ao Sr. Chico Pai Zé, primeiro cacique dos Tapuya Kariri, também ocorreu em um processo de retomada. Enquanto estava sendo construída, eram contínuas as ameaças de que a escola seria destruída e uma das formas de evitar a derrubada foi a permanência dos indígenas no espaço.



Figura 3. Escola Indígena Francisco Gonçalves de Sousa. Vista frontal do prédio onde funciona as atividades escolares, construído após uma retoma. (Foto: arquivo da pesquisadora, Maio de 2016)

Uma outra retomada, foi a da escola municipal Antonio Isaias de Maria (Fig. 4) ocupada no dia 18 de Abril de 2014 pelos indígenas, com objetivo de impedir que o local fosse utilizado para fins políticos, beneficiando apenas um grupo específico.

Essa retomada gerou inúmeros conflitos, mas também culminou num processo mobilizatório tanto para os indígenas, quanto para os quilombolas. Diante da situação, foi realizada uma audiência pública na aldeia Gameleira no dia 30 de maio de 2014 na Carnaúba II. Estavam presentes os dois grupos em questão, juntamente com

representantes da FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, e demais autoridades dos municípios de São Benedito e Carnaubal. Como decisão, a escola Antonio Isaias de Maria deveria ficar fechada para reformas por quatro meses, até que alguma providência fosse tomada quanto a essa situação. Além disso, nessa audiência foi determinado pelo Ministério Público Federal um prazo para que fosse realizado o estudo antropológico com os Tapuya Kariri, no entanto, nada foi feito nesse sentido.



Figura 4. Ocupação escola municipal Antonio Isaias de Maria. Na imagem é visível a frente da escola ocupada pelos indígenas. A foto foi tirada no dia seguinte 19. Do lado de fora encontra-se a viatura e parte dos "quilombolas". (Foto: arquivo da pesquisadora, abril de 2014)

A mais recente retomada, aconteceu no mês de novembro de 2014, em um terreno pertencente a um dos posseiros, localizado na entrada da aldeia, que resultou na construção do Centro Cultural Tapuya Kariri. O Sr. Otávio, liderança indígena aponta o terreno como uma *“bola de ouro”*, *todos os anos o posseiro fazia uma quantia de dinheiro, ele deve ter achado muito ruim perder*. Segundo a cacique Andrea, essa ocupação ocorreu logo após uma invasão dentro do terreno da casa de seu pai. A ação fez com que de imediato, fosse realizado uma fogueira com a lenha da cerca que cercava o terreno do posseiro, dando início ao Toré. Essa ação resultou em um acampamento por cerca de dois meses. No local, foi construído o Centro Cultural (Fig.5) do povo Tapuya Kariri, que teve início no dia 12 de janeiro de 2015.



Figura 5 - Centro Cultural Tapuya Kariri. Vista do de dentro do “quintal” da casa de D. Francisca, mãe da cacique Andrea. (Foto: arquivo da pesquisadora, Maio 2016)

A construção do Centro Cultural é a realização de um desejo antigo. Ele foi pensado e construído pelos índios, enquanto permaneceram acampados até a finalização do centro. Essa foi uma das ocupações mais difíceis e apesar de todos os perigos, não desistiram.

Não se pode negar as relações conflituosas existentes no território onde está situado os Tapuya Kariri que cotidianamente, estão resistindo. Esses processos de retomada feito pelos indígenas, é uma forma de chamar atenção das autoridades responsáveis, pressionando para que as questões indígenas, em especial o processo de demarcação das terras indígenas, sejam tratadas com maior rapidez. É também a maneira encontrada para aos poucos, irem tomando posse de suas terras que permanecem em posse de pessoas não indígenas.

Organizar-se em enquanto movimento indígena é o que tem possibilitado o acesso a políticas públicas ainda que a posse da terra, não tenha sido conquistada, como destaca Pacheco de Oliveira (2004), “o reconhecimento de direitos a esse segmento (sobretudo na demarcação de terras) continua a ser negada com base em argumentações infundadas, derivadas de concepções antigas e desgastadas.

Nesse sentido, as retomadas são vistas pelos os indígenas como uma estratégia que tem possibilitado ver mais perto o sonho de terem suas terras “livre das cercas e demarcadas” Essa nova configuração de organização possibilita aos indígenas não somente afirmar sua identidade, mas buscar seus direitos e mostrar sua capacidade de questionar, de ser protagonista e contar sua história, pois apesar das transformações o

índio hoje, continua reinventando-se e resistindo mediante os interesses de outros grupos, que os enxergam como um povo minoritário e sem força política.

Algumas Considerações

Diante das exposições feitas aqui, fruto de uma vivência através da observação participante, conclui-se algumas certezas. Primeiro, ainda há muito a se entender no contexto dos povos indígenas no Ceará, em especial nos Tapuya Kariri visto a quantidade mínima de trabalhos existentes sobre sua história particular. E nesse sentido é gratificante poder produzir esses dados que materializam através da escrita as histórias a mim contadas.

Identificamos um movimento de resistência, apesar é claro, dos impasses que estão inseridos nas expropriações das terras indígenas. Nesse sentido, buscamos mostrar como as “retomadas” tem sido importantes estratégias para resistirem e terem os espaços que de maneira indevida foram retirados e usurpados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A.W.B., 2012. **Nova Cartografia Social dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Brasil: indígenas Tapuya Kariri, Ceará.** Série povos indígenas. Manaus, UEA. 12 p.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988.
- BARRETO FILHO H.T., 2004. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: PACHECO DE OLIVEIRA. J. (Org). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória, Rio de Janeiro: Contra Capa. 2011.** p.9-1
- CARNEIRO, F.J.G., 2015. **Escola diferenciada e Identidade Étnica: uma trajetória de lutas, conquistas e resistência dos Tapuya Kariri de São Benedito-Ce.** 93 f. Monografia, Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Janeiro/2015.
- CARNEIRO, F.J.G.; SILVA, M.V.S.; GEMES, I.A.D., 2014. **“Aqui é terra de índio, que nós somos é índio”: Territorialidade e identidade na Aldeia Gameleira de São Benedito, Ceará.** In: XVI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, 2014, SOBRAL. ANAIS - Encontros de Iniciação Científica e de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.
- FERNANDES, E.A; SILVA, A.V. & BELTRÃ, J.F., 2011. **Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará (Aitesampa): Um relato sobre a luta por direitos étnicos.** Amazônica - Revista de Antropologia, 3(2).
- GOMES, A.O., 2012. **Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará.** 322 f. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/2012.

- GRÜNEWALD, R.A., 2005. As múltiplas incertezas do toré. In: GRÜNEWALD, R.A (org.). **Toré encantado do índio do Nordeste**. Recife, Fundaj, Ed. Massangana, p. 13-38.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo 2010**. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em: 10/03/2016.
- IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2010. **O Ceará em mapas**. Disponível em: < <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/lista/> >. Acesso em: 05/03/2016.
- IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2016. **Municípios e distritos da Região de Planejamento da Serra da Ibiapaba**. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/146x.htm>>. Acesso em 18 de junho de 2016.
- MAIA, L.M., 2010. **Minorias: retratos do Brasil de hoje**. 344 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.
- MAGALHAES, E. dos S., 2009. O balanço da aldeia Pitaguary no giro do maracá. In: Estevão Martins Palitot. (Org.). **Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza-CE: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 321-346.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J., 2004. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J.P. (org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Contra capa, 2 ed., 2004, 363p.
- PINHEIRO, J. de D., 2002. **Arte de contar, exercício de rememorar: história, memória e narrativa dos índios pitaguary**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2002.
- REESINK, E.B., 2000. O segredo do Sagrado: o Toré entre os índios no Nordeste. In L.S. Almeida, M. Galindo e E.Silva (orgs.). **Índios do Nordeste: temas e problemas II**. Macéio: EDUFAL, 2000.
- REESINK, E.B., 1983. “**Índio ou Caboclo: Notas sobre Identidade Étnica dos Índios no Nordeste**”. Universitas. Salvador, (32: jan./abr.):121-137.
- REESINK, E.B., 2004. **A felicidade do povo brasileiro: notas sobre a visão de mundo construído no discurso oficial a respeito de etnicidade e nações indígenas no Brasil e os embates de disputa simbólica**. Mneme-Revista de Humanidades. n.11, v.5. jul./set.
- SANTIAGO, A., 2012. **MPF vai investigar ameaças a liderança Tapuya Kariri**. Jornal O POVO, São Benedito, 19 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/ceara/2012/10/19/noticiasjornalceara,2939236/mpf-vaiinvestigar-ameacas-a-lideranca-tapuya-kariri.shtml> >. Acesso em: 17/08/2015.
- SILVA, B.R.A., 2013. **Nos enredos do circuito de pesquisas dos Tabajara e Kalabaça de Poranga – CE**. 183 f. Dissertação do Programa do Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/2013.
- TAVARES, C.N.M., 2015. **Tradições políticas de resistência indígena: A organização dos povos do Ceará (Brasil) e de Oaxaca (México) diante de projetos de desenvolvimento em seus territórios**. 340 f. Tese do Programa De Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Brasília/2015.
- TÓFOLI, A.L., 2010. **As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: Mobilização étnica e apropriação espacial**. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

VALLE, C.G.O., 2004. Torém/Toré: tradições e invenção no quadro de multiplicidade étnica do Ceará. In: GRÜNEWALD, R.A. (org.). **Toré encantado do índio do Nordeste**. Recife, Fundaj, e Massangana, p. 221- 256.